

Democracia: O jogo das incertezas. Uma abordagem empírica do financiamento de campanhas eleitorais

Jeison Giovani Heiler (UFSC)

RESUMO: *Os teóricos da modernidade têm pensado a democracia a partir de sua concepção metodológica, ou seja, adstrita a uma visão que a encara como procedimento que proporciona condições iguais de disputa e participação aos atores políticos em jogo. Lançado no cenário do real contraposto a um cenário ideal Robert Dahl nominou esse sistema de Poliarquia. Valendo-se do pensamento de Adam Przeworski, procurou-se introduzir a incerteza como peça chave na equalização da Poliarquia de Dahl. Incerteza que pode estar sofrendo sérios constrangimentos dada a mercantilização crescente da democracia. Hipótese que busca ser apreendida a partir de abordagem formulada para a dissertação de mestrado do autor que efetuou levantamento empírico nas eleições municipais de 2008 para o cargo de vereador em 12 municípios do Estado de Santa Catarina.*

PALABRAS-CLAVE: *Democracia; Adam Przeworski; Robert Dahl; Financiamento de campanhas; Abordagem empírica.*

ABSTRACT: *The theorists of modernity have thought democracy from its methodological format, or attached to a vision that sees it as a procedure that provides equal conditions of strife and political actors to participate in the game. Launched at the scene of real opposed to an ideal setting nominate Robert Dahl Poliarquia this system. Rescuing the concept of people show how this minimalist concept suffers objections and may deviate from the goals of the modern state. On the other hand, availing himself of the thought of Adam Przeworski, introduces uncertainty as a key player in EQ Poliarquia Dahl. Uncertainty that may be suffering serious constraints due to the increasing commodification of democracy. Hypothesis that seeks to be confirmed by the approach formulated for master's thesis that the author made an empirical survey in the 2008 elections for the post of alderman in 12 municipalities of Santa Catarina.*

KEY-WORDS: *Democracy; Adam Przeworski, Robert Dahl; Financing of campaigns; empirical approach.*

INTRODUZINDO O TEMA:

Entre os fatores que preocupam os analistas¹ na delicada relação democracia X dinheiro está a ameaça a pelo menos três dos principais valores da democracia: i) A igualdade de disputa proporcionada pelo sistema eleitoral; ii) a igualdade do voto; e iii) a própria idéia de representação².

A igualdade de disputa estaria ameaçada dado o encarecimento cada vez maior das campanhas eleitorais. Fazendo com que, cada vez mais, aqueles que possuem mais recursos, oriundo de empresas privadas, tenham maiores chances na disputa eleitoral. A sugestão nesse caso, fornecida pelos autores, costuma ser a imposição de controle a esse dinheiro por meio de limitações aos valores das doações, vedação de doação advindas de certos atores, como organismos internacionais e concessionárias públicas, inserção de recursos públicos e maior transparência dos recursos empregados.

O segundo risco advindo do financiamento político refere-se à possível violação ao princípio sob o qual todo poder emana do povo de forma igualitária através do voto. Esse princípio estaria violado já que os cidadãos tem capacidade muito desigual de aportar recursos para campanhas eleitorais. Aqui é preciso lembrar que segundo o

¹ Entre os autores com pesquisas recentes veja-se CERVI, Emerson Urizzi, “Instituições democráticas e financiamento de campanhas no Brasil: Análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 e o financiamento público exclusivo de campanhas”. 2009. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, e PEIXOTO, Vitor de Moraes. “Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil”. Tese de Doutorado em Ciência Política – IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro/ RJ, 2010.

² Essa formulação acima é desenvolvida por Speck (2006, p. 154-158).

PNUD/2010, o Brasil é o terceiro país no ranking dos mais desiguais no mundo.

O terceiro risco seria a possível dependência dos candidatos eleitos em relação aos seus financiadores, violando o princípio da representação.

Estes três, tidos como os principais elementos da democracia, restariam ameaçados diante da ausência de limites ao dinheiro privado e pouca transparência e publicidade dos gastos efetivos nas campanhas eleitorais.

Esta é uma preocupação. Mas, para além destas questões, neste trabalho, propõe-se saber se o emprego de recursos privados na disputa pelo jogo eleitoral democrático, pautado pela incerteza como condição fundamental (PRZEWORSKI, 1994), interfere negativamente³, e em até que medida, nos resultados deste jogo. Isto é, subvertendo as condições do jogo. Nesse sentido, este trabalho tem por escopo demonstrar, em alguma medida, como é que essa incerteza pode estar sofrendo sérios constrangimentos dado o encarecimento crescente dos custos da democracia⁴.

³ Além do sentido negativo teórico (*pela eliminação da incerteza*) desenvolvido aqui, Cervi (2003) entende que a distorção se dá, negativamente em dois sentidos: Primeiro porque os financiadores de campanhas, estão interessados na distribuição de recursos públicos e podem buscar retribuição não-legítima pela sua participação no financiamento da disputa eleitoral. Segundo, porque os candidatos com mais recursos financeiros disponíveis podem chegar a um número maior de potenciais eleitores, ou seja, trata-se de uma desigualdade de condições para aqueles que pretendem se apresentar como representante dos interesses públicos.

⁴ O encarecimento das campanhas eleitorais parece ser consenso entre a maior parte dos autores pesquisados no desenvolvimento deste projeto (CASSEB, 2007, ZOVATTO, 2005, SPECK, 2003, SAMUELS, 2003, ROLLO, 2007, RIBEIRO, 2006, NASMACHER, 2000, MOISES, 2008, AVRITZER, 1996 e FLEISCHER, 2000). Samuels (2003, p. 379) analisando as prestações de contas declaradas ao TSE, apresenta a ideia do “Mercado do Financiamento Campanha” afirmando que no Brasil trata-se de um segmento bem capitalizado, e dominado por um pequeno número de atores: em

A DEMOCRACIA COMO MÉTODO

O modelo teórico de democracia que se adota como ponto de partida nesse artigo é o modelo procedimentalista a partir da formulação de autores como Schumpeter (1961), Dahl (1997), ou Sartori (1994). Para os fins deste trabalho utilizar-se-á como sinônimos o conceito de democracia minimalista, procedimentalista, democracia metodológica ou democracia formal⁵.

O concepção de democracia minimalista tem como precursor Joseph A. Schumpeter. De acordo com Pateman (1992, p.12) “todas as obras mais atuais sobre teoria democrática foram elaboradas dentro do parâmetro estabelecido por Schumpeter e basearam-se em sua definição da democracia”. Procurando oferecer uma teoria mais realista ao que chamara de “credo democrático” dos socialistas, Schumpeter escreveu um capítulo inteiro intitulado “O equacionamento do problema”, em que procura desacreditar a formulação democrática identificada com o socialismo.

“Podemos colocar nosso problema de maneira diferente e dizer que a democracia, quando motivada dessa maneira, deixa de ser apenas um método que pode ser discutido racionalmente, como uma máquina a vapor ou um desinfetante”. (SCHUMPETER, 1961 p. 332).

média 12 indivíduos por candidato, contribuíram para as campanhas de deputado federal em 1998.

⁵ Held (1987) estabelece uma tipologia bastante abrangente a esse respeito no seu livro *Modelos de democracia*. Eliel machado (2008) afirma que democracia, sob qualquer ponto de vista teórico, é seguida por alguma adjetivação: direta, social, burguesa, parlamentar, do bem-estar social, competitiva, populista, desenvolvimentista, participativa, representativa, ateniense, empírica, poliárquica, protetora, liberal, procedimental, maximalista, minimalista, nacional, clássica, moderna, formal, real (não-formal), dos grupos financeiros (transnacionais), restrita, socialista, operária, popular, delegativa, madisoniana, excludente, como valor universal, de baixa (ou alta) intensidade, condicional, tutelada, de massa etc.

Na sua tentativa de equacionar o problema, ele formula qual seja o seu conceito de democracia, cunhando um conceito que ficou conhecido como democracia minimalista:

“O método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1961, p. 336)

Pateman (1992, p. 11) e Eliel Machado (2008, p. 262) explicam que os teóricos do modelo procedimental de democracia teriam sido influenciados pelos desencantos com a democracia, gerados pelo excesso de demandas populares engendrado pelo modelo do Welfare State, que teria causado uma crise nos sistemas democráticos entre 1945 e 1970. A partir daí a concepção vigente era de que os debates em torno da democracia deveriam ser desprovidos da paixão política e das utopias que envolvem muitos militantes, principalmente de esquerda. A participação popular deveria ser restrita⁶ e a análise teórica deve ser fria e calculista. Dessa maneira, o funcionamento de uma democracia “procedimental” permitiria, segundo citação do autor:

“A precisão analítica e os referenciais empíricos que tornam utilizável o conceito. Diminuíram sensivelmente as acaloradas discussões sobre a democracia em termos de teoria normativa, pelo menos nas discussões acadêmicas dos Estados Unidos, sendo substituídas pelas tentativas de entender a natureza das instituições democráticas, como funcionam e quais as razões para seu desenvolvimento e colapso. O esforço principal era fazer da democracia uma palavra menos ‘oba-oba’ e de mais bom senso” (HUNTINGTON, 1994, p. 16-17).

⁶ De acordo com o trabalho de Pateman (1992, p. 25) “O nível de participação da maioria não deveria crescer acima do mínimo necessário a fim de manter o método democrático (máquina eleitoral) funcionando (...) o aumento de participação dos apáticos enfraqueceria o consenso quanto às normas do método democrático”.

Na definição Schumpeteriana, disserta Machado, (2008, p. 266) a democracia funciona como um “mercado político”: os partidos políticos correspondem às empresas, as promessas eleitorais são as mercadorias, os eleitores são os consumidores, e o voto corresponde à moeda de compra das promessas políticas:

“Em determinadas épocas (...) todos os partidos adotarão um conjunto de princípios e plataformas, que podem ser característicos do partido que os adota e importante para seu sucesso, como as marcas de mercadorias que uma loja de departamentos vende são características suas e importantes para seu êxito. Mas a loja não pode ser definida em termos das marcas que vende, nem o partido definido em termos dos princípios que adota. O partido é um grupo cujos membros resolvem agir de maneira concertada na luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível aos diversos partidos adotar exatamente, ou quase exatamente, os mesmos programas. E isso acontece, como todos sabem. Partido e máquina eleitoral constituem simplesmente a reação ao fato de que a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o estouro da boiada. (...) A psicotécnica da administração e da propaganda partidária, slogans e marchas patrióticas não constituem, pois, acessórios, mas a própria essência da política” (SCHUMPETER, 1961, p. 344).

Embora o talvez excessivo realismo de formulação minimalista de Schumpeter tenha sido atenuado com outros autores que vieram depois⁷, é importante frisar que ele constitui o marco do pensamento democrático sob o enfoque procedimental, a ponto de Huntington (1994, p. 16) afirmar que Schumpeter venceu o debate em torno da democracia.

“A democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras *povo* e *governo*. A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governarão. Mas, uma vez que decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para

⁷ Carole Patamen (1992, p. 14) cita como descendências diretas de Schumpeter os trabalhos de Berelson, Dahl, Sartori, e Eckstein.

identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. Um dos aspectos dessa definição pode ser expresso se dizemos que a democracia é o governo dos políticos” (SCHUMPETER, 1961, p. 346).

José Álvaro Moisés (2008, p. 14) avaliando o grau de adesão dos brasileiros ao regime democrático explica que a vertente minimalista deu pouca importância ao que acontece com as demais instituições, como o judiciário, o parlamento ou a polícia, que podem funcionar de forma deficitária durante a democratização, mesmo convivendo com um regime de regras eleitorais.

Por sua vez, percebendo essas limitações Dahl teria ampliado e completado a definição da democracia formulando uma teoria que deixava de ser minimalista para ser entendida como procedimentalista:

“Em vista destas limitações, Dahl, (1971) ampliou e completou a definição da democracia com sua abordagem das poliarquias, mostrando que para que o princípio da contestação esteja assegurado é também indispensável que condições específicas assegurem a participação dos cidadãos na escolha de governos, inclusive com a possibilidade de eles próprios serem escolhidos”. (MOISÉS, 2008, p. 14)

Numa vertente mais atenuada, que certamente discorda de que a democracia não possa significar que o povo realmente governe (Schumpeter), Giovanni Sartori na obra “Teoria da Democracia Revisitada” se propõe a traçar uma linha que possa resgatar a unidade teórica necessária à consubstanciação da democracia. Em uma seção específica, ao abordar a democracia política e as outras democracias, o renomado autor distingue ao menos quatro espécies: i) democracia política; ii) democracia social; iii) democracia industrial e, iv) democracia econômica.

O conceito de democracia social, segundo Sartori (1994, p. 25) remonta a Tocqueville e tem muito mais o sentido de um estado de sociedade do que uma forma política, constituindo muito mais um ethos de vida social.

A democracia industrial originária de Sidney e Beatrice Webb diz respeito a algum tipo de sociedade que parta da organização dos trabalhadores nas fábricas, tomando parte na sua administração e propriedade, decorrendo daí uma macrodemocracia correspondente.

Por sua vez a democracia econômica, ao ver de Sartori, a de conceito mais escorregadio, é um modelo cuja meta política é a redistribuição de riqueza e a equalização das condições e oportunidades econômicas. Entretanto, critica-a afirmando que pode ser um complemento da democracia política e que no final das contas “uma democracia econômica não é, nada mais, nada menos, que uma economia comunista” (SARTORI, 1994, p. 25).

Por fim, Sartori adota expressamente uma posição procedimentalista da democracia, definida como democracia política afirmando:

“As coisas mais importantes vem em primeiro lugar, e democracia política enquanto método, ou enquanto procedimento deve preceder qualquer grande realização que possamos exigir de uma democracia” (SARTORI, 1994, p. 29-30)

Para o autor, os bens pressupõem a maquinaria, o método que os produz, “não se exige que amemos a máquina – mas precisamos dela da mesma forma”.

Essa figura de linguagem utilizada por Sartori vem ao encontro de outra figura “lugar comum” lembrada por Moises (2008, p. 15) segundo a qual as instituições da democracia seriam o hardware –

inclusive as eleições, que para operar adequadamente precisa de um software. Neste caso, o hardware seria a democracia procedimentalista, e o software, os valores democráticos que precisam ser efetivados para gerar adesão nos diversos atores envolvidos.

“Enquanto não seja aceito tanto pelas elites políticas quanto pela massa de cidadãos como ‘the only Game in the town’ (LINZ E STEBAN, 1996), o regime democrático não conclui sua implantação.”

Entretanto, veremos à frente que para Adam Przeworski, é somente a incerteza que gera esta adesão esperada para o jogo democrático. Daí a importância de que ela não seja constrangida, permitindo que o software seja executado. Mas a questão deste trabalho é: há espaço para a realização da incerteza conforme pensada por Przeworski? Esta questão será verificada após avaliarmos algumas críticas que o modelo procedimentalista tem recebido.

CRITICAS AO MODELO PROCEDIMENTALISTA

Embora tenha conquistado um apoio quase unânime entre os teóricos políticos atuais o modelo procedimentalista de democracia já foi definido (BACHRACH, 1967) como aquele em que a maioria (não elites) obtêm o máximo de rendimento dos líderes com o mínimo de investimento na forma de participação. Mas, segundo Pateman (1992, p. 26) ainda que as vozes dos críticos se façam ouvir muito pouco, o modelo procedimentalista não ficou inteiramente a salvo das críticas⁸.

⁸ Pateman (1992, p. 26) cita entre os principais críticos: Bachrach (1967), Bay (1965), Davis (1964), Duncan e Lukes (1963) Goldshmidt (1966), Rousseas e Farganis (1963) e Walker (1966). Aqui trabalhei com críticos da ala marxista: Num (2000), Boron (1994) e Machado (2008).

O ataque dos críticos se dirige a dois pontos principais: a) não teria havido por parte dos teóricos revisionistas uma compreensão da teoria clássica da democracia e; b) houve na democracia revisada, mera substituição de ideais, e que esta teoria tem também o seu próprio conteúdo normativo. (PATEMAN, 1992, p. 27).

A abordagem que limita a questão da democracia traduzindo-a como método, como “simples organização política do capitalismo” (BORON 1994, p. 91), evidentemente não é invenção recente. Como já visto, Joseph Schumpeter foi o primeiro a introduzir tal concepção. Para um dos críticos a este modelo, José Nun (2000), Schumpeter, refém de um realismo descarnado, partia do pressuposto da democracia enquanto método político, e não, como um fim em si mesma. De acordo com esta concepção “los partidos actuan como empresas que les ofrecen sus productos a ciudadanos que se comportan como si fueran consumidores que, em este caso, no disponen de dinero sino de votos” (NUN, 2000, p. 25).

José Nun, por seu turno, contrapõe esta concepção afirmando que a vontade do povo é, na verdade, produto, e não a força produtora e propulsora do processo político. “La voz del pueblo no és más que un eco” de las voces de los partidos, de los candidatos, de la publicidad, etc” (2000, p. 26).

Por esta definição minimalista da democracia tem-se que o método democrático não é mais que um sistema institucional para chegar às decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo. Ou seja “La democracia significa tan solo que el pueblo tiene la oportunidad de aceptar o rechazar a los hombres que han de gobernarle”(NUM, p. 26-7).

J. Nun enquadra, a partir daí, a democracia enquanto método, ou minimalista, como o “gobierno de los políticos” em contraposição ao “gobierno de los pueblos”. “A los ciudadanos solo les toca aplaudir o no, como en Esparta”.

Aqui o autor lembra Max Weber, que advertira: Os políticos profissionais, os dirigentes, se transformam em especialistas da coisa pública e no trato dos homens. Assim para viver para a política acabam por se dedicar a viver também da política. Com Castoriadis, J. Nun vai concluir que “Uma democracia procedimentalista constituye um fraude, salvo que uno intrevenga profundamente em la organización sustantiva da la vida social”. (2000, p 36)

Entretanto, ainda assim, parece que o grande debate das teorias democráticas gravita em torno desse conceito de democracia a partir do enfoque minimalista discutido desde J. Schumpeter. Mas qual o estado do debate da democracia visto de fora deste esquema procedimentalista?

A partir dos críticos do modelo procedimentalista um questionamento que pode ser posto é, se mesmo a abordagem minimalista, procedimentalista, ou ainda, elitista, da democracia, apenas do ponto de vista de uma democracia política enquanto método, tem sido realizada em países como o Brasil. Ou, o quanto resta de normativo nesta teoria?

Guardados todos os limites metodológicos, em linhas gerais, este trabalho espera colocar sob análise o modelo de democracia procedimentalista, tornado clássico em Robert Dahl com a Poliarquia,

para quem, a Democracia não passa de um “cálculo de custos e benefícios feito por atores políticos em conflito”.⁹

DEMOCRACIA: O JOGO DAS INCERTEZAS. APROXIMAÇÃO TEÓRICA DE DAHL E PRZEWORSKI

Cumprir dizer que o objetivo deste rápido ensaio não é o de se inserir no debate entre duas das principais concepções da política (normativa e realista) e daí da democracia. O que se espera discutir, é se o conceito de democracia, da forma como está formulado pela abordagem procedimentalista, tem condições de ser realizado, ou melhor, se constitui o que é, ou o que deve ser.¹⁰

Para responder esta questão, logicamente um trabalho vasto e muito mais aprofundado seria necessário. Então o que se espera é não mais do que oferecer alguns elementos empíricos a partir de um banco de dados formulado com base nas eleições municipais para o cargo de vereador em 12 municípios do Estado de Santa Catarina.

A questão é saber se o emprego de recursos privados na disputa pelo jogo eleitoral democrático, pautado pela incerteza como condição fundamental (PRZEWORSKI, 1994), constrange, e em que medida, os resultados deste jogo, subvertendo as condições de disputa e de competição eleitoral. Ou seja, o eixo é a formulação de Robert Dahl¹¹,

⁹ Essa formulação da teoria de Robert Dahl é feita no prefácio da obra por Fernando Limongi, p. 21.

¹⁰ Pateman enfatiza que a teoria procedimental da democracia é apresentada como “livre de valores”, ou como uma teoria descritiva: “Dahl (1966), de fato, rejeitou explicitamente a acusação de que ele havia, junto com outros teóricos, produzido uma nova teoria normativa” (1992, p. 26).

¹¹ Dada a complexidade da formulação Dahlsiana este trabalho limita-se a ponderar este que considera o eixo central de sua teoria para os fins aqui perseguidos. Desfazemo-nos

em “Poliarquia”, que parte da premissa de que todo e qualquer ator ou grupo político opta por reprimir ou tolerar seus adversários com base no método de mero cálculo (racional) de custos traduzido em 3 axiomas assim expostos pelo autor (1997, p. 36-7):

“AXIOMA 1: A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a diminuição dos custos esperados da tolerância.”

“AXIOMA 2: A probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta na medida em que crescem os custos de sua eliminação.”

“AXIOMA 3: Quanto mais os custos da supressão excederem os custos da tolerância, tanto maior a possibilidade de um regime competitivo.”

Estes três axiomas podem ser traduzidos na seguinte conclusão: Quanto mais baixos custos tolerância = governo seguro; Quanto mais altos custos supressão = oposição segura

Articulando essas três premissas, Dahl (1997, p. 37) questiona que circunstâncias aumentariam significativamente a participação e contestação pública, engendrando segurança mútua entre governo e oposição, aumentando então as possibilidades de sustentação da poliarquia.

Ou seja, quais circunstâncias provocariam a adesão ao jogo democrático. Dahl responde esta questão a partir de sete circunstâncias complexas: sequências históricas; concentração ou dispersão da ordem socioeconômica; nível de desenvolvimento; igualdades e desigualdades;

de qualquer pretensão de esgotar todas as implicações que exigiriam sua teoria que certamente leva em considerações outras variáveis na definição da democracia a partir do eixo bidimensional - contestação e participação públicas.

subculturas, padrões de clivagem e eficácia governamental; crenças de ativistas políticos e as interferências de um poder estrangeiro.

Maria D'Alva G. Kinzo (2004, p. 24) estabelecendo para o seu trabalho¹² um marco conceitual a partir da democracia procedimental, chama a atenção para estas duas dimensões chave para Dahl: participação e contestação pública. “Cuja efetividade depende de condições livres para a manifestação e a organização política”. Ou seja, poderia se dizer: somente em níveis satisfatórios de participação e contestação pública estariam criadas as condições que emprestam o equilíbrio de forças na relação tolerância X supressão entre grupos opositores pelo poder.

Completando a ideia, segundo Kinzo, Dahl no seu sistema político considera o papel das eleições sob dois enfoques: 1) um elemento essencial no governo representativo, e 2) um meio pelo qual ganha expressão a correlação de forças dos diferentes grupos políticos, na medida em que se lhes garanta a organização em partidos (2004, p. 24).

De todo modo, considerando a questão de Dahl (que circunstâncias aumentariam significativamente a participação e contestação pública, engendrando segurança mútua entre governo e oposição, aumentando então as possibilidades de sustentação da poliarquia) poder-se-ia responder com Przeworski: através da garantia do elemento incerteza.

Adam Przeworski tratando das reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina, parece dialogar com aqueles axiomas de R. Dahl. O autor procura demonstrar que a democracia é o jogo da incerteza organizado, em que os atores políticos “conhecem o

¹² Referimo-nos aqui ao Artigo “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985” publicado na RBCS Vol. 19 nº 54 - fevereiro 2004.

significado da vitória ou da derrota para si mesmos, e conhecem suas probabilidades de ganhar ou perder”. (1994, p. 29).

Przeworski (1994, p. 28) define essa incerteza dizendo que não significa que na democracia tudo seja possível ou nada previsível. A incerteza pode ter dois significados: “os atores não sabem o que pode acontecer, sabem o que é possível, mas não o que é provável” ou “sabem o que é provável e possível, mas não o que aí acontecer”. A democracia pressupõe a incerteza apenas no segundo sentido. “Em condições igualmente partilhadas os resultados são determinados somente pela ação das forças políticas concorrentes”. Os atores sabem o que é possível, pois os prováveis resultados estão previstos na estrutura institucional, nas regras do jogo¹³.

Na verdade, portanto, a incerteza constitui elemento fundamental para que os diversos atores políticos se atirem nesse jogo democrático, depositando nele suas fichas, sua confiança:

“A democracia confere a todos uma oportunidade de lutar por seus respectivos interesses. Se os resultados fossem predeterminados ou totalmente indeterminados, não haveria razão para que os grupos se organizassem como participantes.” (Grifei). (Przeworski, 1994, p. 29)

¹³ Especificamente sobre este tema, Jorge Viana Monteiro (2007, p. 165) tratando das “regras do jogo” no cap. 8 de sua obra, cita Ostrom (1986) que decompõe estas regras em *regras de posição, regras de delimitação, regras de amplitude, regras de autoridade, regras de informação e regras de alocação de resultados*. Apresenta ainda o *disclosure*, como sub regra das *regras de informação*, muito comum no mercado financeiro, mas que no processo político também constitui uma regra muito importante cumprindo três propósitos, em uma formulação atribuída pelo autor a Garret e Smith 2004:11: a) reduzir a possibilidade de ocorrer ou mesmo aparência de corrupção; b) ajudar a implementar uma regulação de limites às contribuições e gastos de campanhas; e c) ajudar aos eleitores a avaliar candidatos.

Ao longo de sua obra, afastando-se da teorização da cultura política, e capital social, Przeworski busca demonstrar, como, segundo sua concepção, ocorre a adesão a este jogo de incertezas:

“Soluções para o problema da democratização consistem, portanto, em instituições (...) o jogo está solucionado quando um sistema de instituições que provoca adesão espontânea constitui um estado de equilíbrio” (1994, p. 62)

Entretanto, aqui a grande questão é saber se o emprego de recursos privados na disputa pelo jogo eleitoral democrático, pautado pela incerteza como condição fundamental (Przeworski, 1994), constrange, e em que medida, os resultados deste jogo. Isto é, subvertendo as condições do jogo, ou, com Dahl, alterando a percepção dos atores envolvidos quanto aos custos da disputa e tolerância política.

A REFORMA POLÍTICA EM PAUTA – O TEMA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Na pauta das discussões sobre a reforma política figura entre as primeiras linhas a questão do financiamento público de campanhas.

No final do ano de 2010, havia pelo menos 13 propostas em tramitação somente na câmara dos deputados. Muitas delas, prevendo o financiamento de campanhas com recursos exclusivamente público, ou com proibições ao financiamento privado de campanhas.

Um dos principais projetos em trâmite é o PL 5.281/2009 proposto pelo Deputado Reginaldo Lopes do PT, dispondo sobre o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, funcionamento parlamentar, propaganda eleitoral e o financiamento de campanha. De acordo com este projeto o financiamento de campanhas passaria a ser exclusivamente público, com proibição de doação de recursos em

dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira.

De autoria do Deputado Ibsen Pinheiro do PMDB o PL 5.277/2009 também prevê o financiamento publico de campanhas, com a proibição de doações de pessoas físicas e jurídicas. Nesse caso com previsão de rubrica própria, na lei orçamentária, destinada ao financiamento de campanhas para eleições de turno único e de primeiro turno, de valor equivalente ao número de eleitores do País, multiplicado por R\$ 7,00 (sete reais).

O objetivo desses projetos é, em tese, reduzir as desigualdades nas condições de disputa pelo jogo eleitoral que faz parte do processo democrático. Já que normalmente os candidatos que empregam mais recursos financeiros, oriundos principalmente de pessoa jurídica, teriam maiores chances de se eleger, posto que teriam possibilidade de levar suas propostas a um número maior de eleitores. Reduziria, teoricamente, o impacto direto dos interesses econômicos na política e fortaleceria os partidos políticos brasileiros, porque eliminaria o esforço dos candidatos atrás do dinheiro dos interesses econômicos privados.

Mas, por outro lado, o financiamento público exclusivo, como previsto nesses projetos recebe críticas contundentes: Nada garantiria, se não adotadas outras ações como o fortalecimento do TSE e uma reforma completa e profunda no sistema eleitoral, tributário e financeiro, que o dinheiro do caixa dois das próprias empresas e grupos de interesse não continuasse a financiar o caixa-dois dos partidos. Do mesmo modo apresenta-se como problema o distanciamento que o

financiamento público poderia causar dos partidos em relação à população, problemas na administração dos fundos sob incumbência unicamente do governo e não em uma entidade independente, e o fato de que o emprego de dinheiro público não seria garantia como remédio contra a corrupção diante da ausência de comprovação empírica nesse sentido.

Contudo, entre os argumentos favoráveis e contrários ainda há muito espaço para a mera especulação sobre seus impactos, e em até que medida seria efetivo um tal financiamento. Mesmo os dados empíricos existentes concentram-se em sua maioria na análise de financiamento, custos e gastos de campanhas para a Câmara de Deputados Federal, Senado e Presidência da República.

Retomando Przeworski, na democracia, o que atrai os participantes ao jogo político é a incerteza do resultado. Não por acaso, define a democracia como o sistema em que os partidos políticos perdem eleições. Ou seja, a incerteza, abrange a possibilidade igualitária de ganhar ou perder as eleições. E perder eleições torna-se tolerável quando se considera os axiomas expostos por Dahl, que dizem respeito aos cálculos dos custos dessa tolerância por parte dos grupos no poder ou pelos grupos opositores.

À medida em que a democracia se “mercantiliza” aumenta sua sujeição, ou sua conformação aos recursos empregados pelos atores que disputam o poder político. É nesse sentido que o emprego de recursos desiguais pode constranger a incerteza de Przeworski, traduzida aqui como a circunstância que garante o equilíbrio e segurança mútua para oposição e governo, aumentando as possibilidades de realização da democracia.

JOGANDO COM OS DADOS

Para testar as hipóteses dadas, foi desenvolvido levantamento dos dados dos candidatos, dos partidos e das prestações de contas dos partidos e candidatos à eleição, e resultados relativos ao pleito de 2008, para as Câmaras Municipais de 12 municípios¹⁴ do Estado de Santa Catarina. Os municípios foram escolhidos aleatoriamente a partir de 4 categorias segundo o número de eleitores votantes: Municípios de Grande Porte, Médios, Pequenos e Muito Pequenos. A amostra reúne 1.288 candidatos e corresponde no total a 27, 3% do eleitorado, de Santa Catarina, ou seja, pouco superior a $\frac{1}{4}$ do total.

Considerados todas as ressalvas metodológicas e os possíveis limites deste trabalho ainda assim os dados analisados trazem alguma luz ao tema extremamente controverso das reformas políticas, em especial naquelas que dizem respeito ao financiamento de campanhas. Apresentam-se agora algumas conclusões preliminares ao conjunto dos dados analisados nos 12 municípios da amostra:

1. Análise descritiva dos dados coletados relacionados aos gastos de campanha.

Na Tabela 1 aponta-se a soma do total de gastos declarados pelos candidatos e o custo estatístico médio da cada voto por R\$ para o total da amostra e entre os candidatos eleitos por município nas eleições para vereador de 2008. Apurou-se a média de gastos por voto válido,

¹⁴ PEIXOTO (2010, p. 155) aponta as vantagens metodológicas de se trabalhar com municípios comparativamente: “*existem também vantagens metodológicas, como manter constantes fatores institucionais e permitir variação de outras características desejadas*”.

comparando-se o resultado geral e o resultado entre os candidatos eleitos. A intenção é também avaliar a variação dos gastos efetuados por voto segundo a dimensão do tabuleiro do jogo eleitoral. Desta forma é possível avaliar a dimensão da competitividade de cada município dada pelo quociente eleitoral e pelo número de partidos postulantes. Peixoto (2010) realizou análise similar calculando a média de gastos dos vereadores para todos os municípios brasileiros, encontrando a média de R\$ 8,8 por voto válido. Na região Sul a média encontrada pelo pesquisador se aproxima da média deste trabalho: R\$ 9,6 por voto válido.

Tabela 1
Gastos Totais por município e Média de Gastos por Voto (Geral e Eleitos)

Tamanho	Município	Total Gastos Campanha (R\$)	R\$/Voto Geral	R\$/Voto Candidatos Eleitos	Relação Candidato/Vaga
Grandes	Joinville	3.149.071,00	11,23	11,30	14,26
	Florianópolis	3.367.743,00	14,61	12,67	14,56
	Blumenau	1.250.216,00	7,33	7,47	12,53
Médios	Jaraguá do Sul	506.158,00	6,40	4,76	9,90
	Balneário Camboriú	1.226.602,00	20,96	21,72	11,4
	Tubarão	717.301,00	12,11	10,55	9,2
Pequenos	Navegantes	145.494,00	5,02	4,93	8,8
	Videira	106.595,00	3,94	4,55	6,88
	Guaramirim	235.321,00	12,30	9,88	7,33
Muito Pequenos	Jardinópolis	27.631,00	21,12	9,18	1,3
	Lajeado Grande	12.162,00	8,89	14,68	2,44
	Flor do Sertão	8.944,00	6,86	4,75	3,33
		R\$ 10.753.238,00	R\$ 10,90	R\$ 9,70	

Fonte: Autor com base em dados do TSE

O cálculo aqui efetuado, da média de recursos empregados, relacionando-a ao total de votos válidos obtidos (R\$/voto) para traçar o

custo (estatístico) médio de cada voto válido obtido, é um exercício importante e pode ser pensado a partir de alguns projetos de reforma eleitoral¹⁵, como o do Deputado Federal Ibsen Pinheiro do PMDB (PL 5.277/2009) com previsão de rubrica própria, na lei orçamentária, destinada ao financiamento de campanhas para eleições de turno único e de primeiro turno, de valor equivalente ao número de eleitores do País, multiplicado por R\$ 7,00 (sete reais).

Speck (2010) com o objetivo de questionar afirmações recorrentes sobre o custo absurdo das campanhas eleitorais no Brasil¹⁶ procedeu um exercício interessante com os números: tomando como referência os R\$ 1,8 bilhões oficialmente gastos na campanha de 2006, chegou à média de gastos de R\$ 12,00 por eleitor, soma que no seu entender seria bastante modesta considerando a propaganda de todos os candidatos aos cinco cargos disputados em eleições nacionais: deputado estadual, governador, deputado federal, senador e presidente. Neste

¹⁵ Note-se que dissemos “exercício” propositalmente, não se pretende que estre cálculo, efetuado para uma amostra bastante modesta, consideradas as dimensões do país, seja referência para quaisquer projetos que sejam. Ou seja, não se quer dizer que o que vale para esta pequena amostra valha para todo o país: isso significaria que se fossem repassados ao partidos R\$ 7,00 por eleitor (e proibido o financiamento privado) o dinheiro seria suficiente para financiar a eleição de vereador, mas não a de prefeito. E isso, na suposição de que não haja caixa-dois, suposição muito pouco realista.

¹⁶ Outro raciocínio para relativizar os custos das campanhas na eleições é feito por Speck, considerando desta vez os custos com anúncios publicitários privados: “A eleição de 2006, incluindo todos os candidatos no âmbito nacional, custou R\$ 824 milhões.2 Para um ciclo eleitoral de quatro anos, o financiamento de partidos e eleições no âmbito nacional sai por aproximadamente R\$ 1,7 bilhões. Adicionalmente, os partidos recebem recursos indiretos, como o acesso gratuito a rádio e TV, cuja estimativa de custo não foi incluída neste cálculo. Tomando esses números como referência, podemos afirmar que o financiamento político no Brasil custa caro? Não necessariamente. Uma primeira comparação com números do setor privado parece interessante. A Casas Bahia, maior anunciante privado no Brasil, gasta mais de R\$ 3 bilhões por ano para anunciar seus produtos. Os gastos de campanha para conquistar uma vaga no Congresso Nacional (R\$ 422 milhões) não chegam ao que uma Ford ou Fiat (R\$ 690 milhões cada) gastam para anunciar seus mais recentes modelos”. (SPECK, 2010, p. 6).

trabalho a média geral de gasto por voto para os municípios da amostra restou em R\$ 10,90. Entretanto, estes dados devem ser avaliados com reserva, já que em muitos casos pode-se chegar a um alto valor de gastos por voto mesmo que o candidato tenha despendido poucos recursos, bastando para esse resultado, que ele tenha recebido poucos votos. Isto explica, por exemplo, porque em 7 dos 12 municípios, os candidatos eleitos gastaram menos na relação R\$/voto do que a média geral.

2. Correlação entre a variável dependente *resultado eleitoral (nº.de votos válidos, percentual de votos válidos, eleito, não eleito)* X variável independente *recursos empregados pelos candidatos* – testando a principal hipótese do trabalho da interferência dos recursos empregados no resultado eleitoral.

Este ponto insere-se diretamente sobre a principal hipótese do trabalho que supõe a forte determinação do fator dinheiro no resultado eleitoral, entendido aqui não somente no êxito dos candidatos que logram eleger-se, mas também para aqueles que alcançam votações expressivas, mas que deixam de eleger-se por questões como o coeficiente eleitoral.

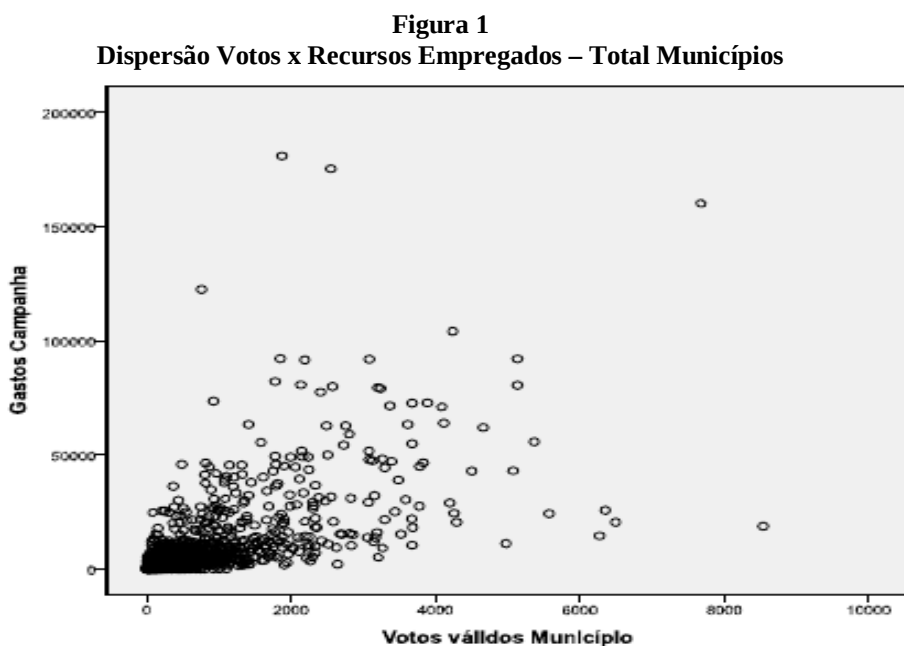
Apresenta-se primeiro o resultado para quando as variáveis são contínuas ou escalares, sem quaisquer tipo de categorização.

Tabela 2
Correlação votos obtidos por recursos empregados e patrimônio não categorizados

	Variáveis Escalares	
	Recursos Empregados	Patrimônio candidato
Coef. Correlação (<i>Spearman</i>)	0,691	0,279
Nível de Significância.	0,00	0,00

Fonte: Autor com base em dados do TSE

Neste caso, (Tabela 02) analisando-se o total de candidatos que concorreram ao cargo de vereador nos 12 Municípios observados pela pesquisa, percebe-se uma forte correlação entre as variáveis de 0,691 a um grau de significância bastante seguro. Confirmando nesse caso a principal hipótese de pesquisa. A visualização da correlação fica patente no gráfico de dispersão:



Fonte: Autor com base em dados do TSE

3. Correlação entre a variável dependente resultado eleitoral (eleito, não eleito) X variável independente recursos empregados pelos candidatos – testando também por esta via a principal hipótese do trabalho da interferência dos recursos empregados no resultado eleitoral.

Categorizando-se os gastos e patrimônios, tornou-se possível realizar cruzamentos entre estas variáveis e os votos obtidos também categorizados, obtendo-se os graus de correlação consolidados abaixo:

Tabela 3
Correlação votos obtidos por recursos empregados e patrimônio categorizados

	Variáveis Ordinais	
	Recursos Empregados	Patrimônio Candidato
Coef. Correlação (<i>Gamma</i>)	0,768	0,313
Nível de Significância.	0,00	0,00

Fonte: Autor com base em dados do TSE

Percebe-se (Tabela 03) um índice ainda maior de correlação entre as variáveis (0,768) a um grau de significância seguro.

4. A associação entre a variável dependente resultado eleitoral X variáveis independentes (sexo, idade, ocupação, estado civil, naturalidade, patrimônio do candidato, partido, coligação, força do partido, tentativa de reeleição) – testando se estas variáveis não atuam para diminuir a significância da associação entre resultado eleitoral (nº de votos válidos/eleito, não eleito) e a variável recursos empregados.

Tabela 4
Associação resultado eleitoral por idade, escolaridade, sexo, estado civil, naturalidade e profissão

	Variáveis Ordinais (<i>Gamma</i>)		Variáveis Nominais (<i>Coef. Contingência</i>)			
	Idade	Escolaridade	Sexo	Estado Civil	Naturalidade	Profissão
Associação	0,102	0,311	0,070	0,077	0,06	0,340
Nível de Significância	0,01	0,00	0,01	0,05	0,06	0,00

Fonte: Autor com base em dados do TSE

Considerado o conjunto da amostra na tabela 04 apenas duas variáveis ganham significado estatístico: escolaridade e profissão, ambas a coeficientes moderados de associação.

Tabela 5
Associação resultado eleitoral partido coligação, reeleição, e força do partido

	Variáveis Nominais (<i>Coef. Contingência</i>)			Variável Ordinal (<i>Gamma</i>)
	Partido	Coligação	Reeleição	Força Partido
Correlação	0,231	0,151	0,310	0,337
Nível de Significância	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fonte: Autor com base em dados do TSE

No caso da tabela 05 que considerou as variáveis independentes: coligação a que pertencia o candidato (se vencedora ou perdedora nas eleições majoritárias municipais do mesmo ano), tentativa de reeleição e força do partido, isoladamente, ganham relevância estatística as variáveis força do partido e reeleição possuindo graus de associação moderados a 0,337 e 0,310, respectivamente.

CONCLUSÃO

O conjunto dos dados aqui condensados permitem-nos sintetizar algumas conclusões:

1 – Os dinheiros políticos, entendidos como aqueles recursos que indivíduos ou grupos se propõem a gastar na persuasão dos eleitores, candidatos ou agentes públicos em troca de apoio a seus interesses (MONTEIRO, 2007) importam na definição dos resultados das eleições. O montante de recursos empregados tem forte variação, estatisticamente significativa, na direção de maiores possibilidades de êxito (com aumento da votação obtida e/ou eleição do candidato).

2 – A relação entre dinheiro político e resultado eleitoral também varia, a níveis estatisticamente seguros, de acordo com o tamanho do município em análise, numa gradação moderada para municípios pequenos (abaixo 5 mil eleitores), e forte para municípios grandes (acima de 200 mil eleitores).

3 – As variáveis que dizem respeito às condições individuais dos candidatos tiveram uma variação moderada significativamente estatística apenas para os fatores profissão e escolaridade. As outras variáveis (sexo, idade, estado civil e naturalidade) tiveram uma variação fraca. Entretanto, a variável sexo é digna de nota em razão de que verificou-se que as candidatas do sexo feminino estão em desvantagem quando comparado o percentual de êxito em relação aos candidatos do sexo masculino. Pode-se dizer que os homens têm quase o dobro de sucesso eleitoral, comparativamente. Contudo essa relação guarda dependência à variável gastos, visto que candidatos do sexo masculino apresentam gastos proporcionais à esta diferença no sucesso eleitoral.

4 – As variáveis políticas partido e coligação, embora significativas estatisticamente, apresentaram baixa variação em relação ao resultado eleitoral. As variáveis reeleição e força do partido revelaram variação moderada para o resultado eleitoral. A associação entre a força dos partidos e o resultado eleitoral é crescente na proporção em que aumenta o tamanho dos municípios, tornando-se substancial em municípios acima de 200 mil eleitores.

Evidentemente, a aceitação destas conclusões não implica em dizer que os recursos empregados pelos candidatos determinem de forma isolada os resultados das eleições. A variação ainda que moderada das outras variáveis de certa forma já demonstrou isso.

Contudo, a análise dos dados demonstrou que a preocupação da literatura com a interferência dos dinheiros políticos no processo eleitoral é acertada, existindo sim, forte correspondência (ainda que possa ser minimizada por outras condições como a ocupação, a escolaridade ou o partido) entre o resultado eleitoral, e o emprego de recursos financeiros nas eleições.

Sempre admitindo todas as ressalvas que possam ser feitas aos limites metodológicos deste trabalho, é razoável supor que, diante da forte correlação resultante do montante de recursos empregados com aumento das possibilidades de êxito (votação obtida e/ou eleição do candidato) ao lado da fraca ou moderada interferência de outras variáveis aqui trabalhadas, o elemento incerteza de Przeworski, pode estar, de fato, ausente no jogo democrático. Ou seja, toda incerteza resta eliminada quando o resultado do jogo pode ser mais ou menos predito de acordo com o montante de recursos disponíveis para cada candidato empregar em sua campanha.

As consequências desta observação podem ser inúmeras: desde a admissão de que a Przeworski se equivocara e que este elemento não é tão essencial à adesão ao jogo, como ele supunha, como o vaticínio de que, a longo prazo, a percepção deste fenômeno pelos atores envolvidos no jogo eleitoral possa causar a não aceitação das regras do jogo.

Note-se que não nos referimos aqui ao problema da corrupção normalmente atrelado às análises feitas ao financiamento de campanhas. Não se pressupôs aqui o mal uso dos dinheiros políticos. Deslocamos a questão para a própria ameaça que a mercantilização da democracia pode representar para a sustentabilidade dos regimes democráticos baseados no modelo procedimentalista. Principalmente: ao aceitar-se a confirmação do caráter idealista do modelo procedimental, com o afastamento do seu pretendido caráter realista dada a impossibilidade da realização da incerteza, elemento tido aqui como essencial para engendrar a adesão ao jogo procedimental da democracia. Quer se sugerir, senão a substituição ao modelo procedimentalista por modelos mais substantivos, a perene necessidade de seu aperfeiçoamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. “Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia”. In AVRITZER, L. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. São Paulo: Perspectiva, 1996. pp. 125 – 152.
- BOBBIO, Norberto. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. Ed. Brasiliense, 1986.
- BOROM, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CASSEB, Paulo Adib. “Financiamento público de campanha”. In: *Reforma Política: uma visão prática*. Alberto Rollo [et al] São Paulo: Iglu, 2007. p. 55- 70.

- CERVI, Emerson Urizzi, “Instituições democráticas e financiamento de campanhas no Brasil: Análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 e o financiamento público exclusivo de campanhas”. 2009. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS.
- DELLA PORTA, Donatella. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002. pp, 13-48 (Entre o Estado e o poder: o que é a política).
- DOWNS, A. “Teoría económica de la acción política em uma democracia”. In: *Diez textos básicos de ciencia política*. 2ª ed. Ariel Ciencia Política. 2001. pp. 171-202.
- FLEISCHER, David. “Além de Collorgate: perspectivas de consolidação da democrática no Brasil via reformas políticas”. In: *Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do impeachment de Collor*. Organizadores: Keith S. Rosenn e Richard Downes; tradução Roberto Grey – Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000. p 81-110.
- _____. “Reforma Política e Financiamento das Campanhas Eleitorais”. In: *Cadernos Adenauer. Os Custos da Corrupção*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Dezembro 2000. p . 79-104.
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987
- KINZO, Maria D’Alva G. “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19 nº 54 - fevereiro 2004. P. 23-40.
- LIPSET, S. “Algunos requisitos sociales de la democracia: desarrollo econômico y legitimidad política”. In: *Diez textos básicos de ciencia política*. 2ª ed. Ariel Ciencia Política. 2001, pp. 112.150.
- MOISÉS, José Álvaro. “Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol 23, nº 66. Fevereiro de 2008. p. 11-42.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. *Como Funciona o Governo. Escolhas públicas na democracia representativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2007. 220 p.
- NASMACHER, Karl Heinz. “O financiamento de partidos na Alemanha posto a prova”. In: *Cadernos Adenauer. Os Custos da Corrupção*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Dezembro 2000. p . 105-127.
- NUM, José. *Democracia: Gobierno del Pueblo o Gobierno de los Políticos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2000.

- PEIXOTO, Victor, RIBEIRO, Leandro. “Eleições e financiamento de Campanhas em 2006: quem banca quem? 2009”. Trabalho apresentado no 33º *Encontro Anual da ANPOCS*.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes. *Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência Política – IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro/ RJ, 2010.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996
- PUTNAM, Robert. *Solo em la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidade norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002. (Parte I, Introdução, Capítulo 1. pp. 9-32).
- PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Relume-Dumará: Rio de Janeiro, 1994.
- _____. *Ama a incerteza e serás democrático*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 9, pp. 36- 46, jul. 1984.
- REIS, Fabio Wanderlei. “Solidariedade, interesses e desenvolvimento político”. In: REIS, F.W. *Mercado & Utopia. Teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2000. pp. 123-160.
- REIS, Fabio Wanderlei. “Racionalidade, sociologia e consolidação da democracia” In: REIS, Fabio Wanderlei. *Mercado & Utopia. Teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2000. pp. 83-120.
- RIBEIRO, Renato Janine. “Financiamento de Campanha (público versus privado)”. In: *Reforma Política no Brasil*. Leonardo Avritzer, Fátima Anastásia (organizadores). - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 77-81.
- ROLLO, Alberto Luis Mendonça. “Arrecadação e prestação de contas de campanha. In: *Reforma Política: uma visão prática*. Alberto Rollo [et al] São Paulo: Iglu, 2007. p. 265 – 270.
- ROLLO, Arthur Luis Mendonça. “Reforma Política e Propaganda Eleitoral”. In: *Reforma Política: uma visão prática*. Alberto Rollo [et al] São Paulo: Iglu, 2007.p. 127 – 164.
- SAMUELS, David. “Financiamento de Campanha e Eleições no Brasil: O que podemos aprender com o ‘caixa um’ e propostas de reforma”. In: *Reforma Política e Cidadania*. Organizadores: Maria Victória Benevides, Fábio Kerche, Paulo Vannuchi – 1. ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 364- 391.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*. Vol I – O Debate Contemporâneo. São Paulo: Ática. 1987.
- SARTORI, Giovanni . *A política. Brasília*: Editora da UNB, 1981.

- SPECK, Bruno Wilhelm. “A Compra de Votos – uma aproximação empírica”. *Opinião Pública* IX, n. 1, p. 148-169. 2003.
- _____. “Financiamento de Campanhas Eleitorais”. In: *Reforma Política no Brasil*. Leonardo Avritzer, Fátima Anastásia (organizadores) . - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 153-158.
- _____. “Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil”. In: *Cadernos Adenauer Reforma Política: Agora Vai?* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Setembro 2005. p . 123- 159.
- _____. “Mensurando a Corrupção: Uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas”. In: *Cadernos Adenauer. Os Custos da Corrupção*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Dezembro 2000. p . 9-46.
- SCHUMPETER. Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad. Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1961.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11. Ed São Paulo: Pioneira, 1996.
- ZOVATTO, Daniel. “Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise Comparada”. *Opinião Pública*. vol.11 no.2 Campinas Oct. 2005.
- _____. “Mensurando a Corrupção: Uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas”. In: *Cadernos Adenauer. Os Custos da Corrupção*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Dezembro 2000. p . 9-46.